
autogestão



Trabalho e Liberdade

As lutas sociais de nossos dias apresentam problemas novos. Muitos sindicatos e partidos dos trabalhadores ou deixaram de ser combativos ou parecem enredados num beco sem saída: como manter a combatividade diante do desemprego gigantesco que enfraquece os trabalhadores na hora de negociar com os patrões? Como mobilizar os trabalhadores se, além disso, em muitos países – como Brasil, México e Argentina por exemplo – a maior parte dos trabalhadores se encontra no setor “informal” da economia, sem acesso à representação política nos sindicatos?

Se as dificuldades são grandes, a resistência dos trabalhadores cria novas formas de luta. A classe-que-vive do trabalho, diz o pesquisador Marco Fernandes, foi obrigada a forjar novas ferramentas de combate nesses últimos anos. Fernandes é um dos autores dos cinco trabalhos deste Caderno de Opinião, coordenado por nosso editor especial, Paulo Arantes. Seu tema são as formas de autogestão dos trabalhadores nos novos movimentos de massa – como o MST brasileiro, os *zapatistas* mexicanos, os *piqueteros* argentinos, os indígenas bolivianos que, no entender de muitos pensadores, como Fernandes, são “os responsáveis até aqui pelos maiores, embora ainda muito limitados, avanços da luta de classes na América Latina”.

Escrevem neste Caderno, além de Fernandes:

- Pedro Ivan Christoffoli, que busca compreender os limites e possibilidades colocados pela dinâmica econômica e pela influência ideológica da sociedade capitalista sobre cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais;
- Michael Albert, que discute como se pode construir uma nova economia em que se eliminem as enormes disparidades que decorrem do fato de, na atual estrutura capitalista de divisão do trabalho, muitos serem altamente compensados e outros serem horrivelmente estupidificantes;
- Pablo Ortellado, que conta a história da campanha pelo passe livre em Florianópolis, a seu ver, um fértil laboratório de práticas sociais inovadoras; um indicativo do que serão as lutas sociais no Brasil no século XXI;
- Pedro Arantes, Heloisa Diniz, Beatriz Tone e João Marcos Lopes, arquitetos e militantes junto ao movimento de mutirões de autoconstrução dos trabalhadores da periferia de São Paulo e de assentamentos de trabalhadores sem terra. Eles argumentam que a autoconstrução não é apenas uma economia do capital, que se beneficia da redução do custo de reprodução da força de trabalho e, com isso, paga salários menores; os mutirões autogeridos, dizem eles, ensaiam alternativas, com o intuito de que elas se generalizem não como precarização do trabalho, mas como oportunidade para que se negue a normalidade da produção capitalista.

O difícil coletivismo agrícola

Cooperativas coletivas de trabalhadores rurais lutam para sobreviver no ambiente hostil do capitalismo brasileiro e, nesse esforço, a formação política e o desenvolvimento técnico-científico são essenciais

Pedro Ivan **Christoffoli**

Quais os limites colocados pela dinâmica econômica e pela influência ideológica da sociedade capitalista sobre cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais? Quais as possibilidades e potencialidades de desenvolvimento para essas organizações? Essas as preocupações principais de uma pesquisa recente, realizada em áreas de assentamentos de reforma agrária na região Sul do Brasil.

Uma das primeiras constatações da pesquisa é que a dinâmica democrática interna aos coletivos segue a concepção autogestionária, não havendo porém um modelo único. Cada experiência se configura a partir de uma noção geral de democracia direta difundida nos meios populares no Brasil, pela troca de experiência com diversas outras cooperativas coletivas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e pelas experiências vivenciadas pelos distintos grupos. Alguns desses coletivos adotam uma concepção “basista” de democracia, calçada em uma ampla participação dos associados, com restrição ao grau de autonomia dado aos dirigentes. Já outros procuram reduzir espaços de reuniões ou assembleias ao mínimo, em troca de um alargamento das atribuições e autonomia dos dirigentes e em vista da agilidade na tomada de decisões.

Em relação à hierarquia, certos aspectos parecem paradoxais. Enquanto as pessoas buscam a construção de relações democráticas, materializadas na eleição e destituição dos dirigentes e na ampla participação nos processos decisórios internos, um percentual significativo de associados acredita ser necessária a consolidação de coordenações com enfoque no rigor e na disciplina laboral, com chefes fortes e líderes carismáticos que apontem o rumo ao coletivo.

Pertencimento e identidade De forma generalizada se nota também a percepção sobre a baixa produtividade no trabalho coletivo. Ela aparece, nas pesquisas qualitativa e quantitativa, na sensação de que há “corpo mole” no serviço. Os dados quantitativos derivados da análise econômica das cooperativas de produção agropecuárias (CPAs) confirmam as disparidades na produtividade do trabalho, porém apontam uma ascensão gradual da mesma em todos os coletivos estudados. De um modo geral, os ganhos de produtividade aparecem alavancados pelo aumento no volume de investimentos produtivos, ou seja, da elevação da composição orgânica do capital, da relação entre o capital constante – máquinas, equipamentos, matérias primas – e o capital variável, a força de trabalho. Em relação à ideologia dos participantes dos coletivos, nota-se um sentimento forte de pertencimento e identidade com

o MST, aliado a uma sólida ideologia anticapitalista. A simpatia pelo socialismo, embora majoritária, é mais nítida entre os membros da direção e entre os que participaram em mais atividades de formação política. O fato de os coletivos estarem sendo influenciados pela ideologia dominante na sociedade capitalista aparece em aspectos como: a percepção sobre a suposta neutralidade dos organismos de Estado em relação aos coletivos; a aceitação acrítica da influência propiciada pelos meios de comunicação sociais ou pela escola; e na percepção do assalariamento como “ajuda aos desempregados”. Tais fatos permitem antever um novo campo de disputa entre a ideologia anticapitalista ainda dominante no grupo e os valores e racionalidade próprios ao capitalismo.

Duas superações Dentre as diversas contradições nos coletivos, duas foram consideradas de maior relevância. Elas mostram a necessidade de um enfrentamento imediato e vital; e, em não sendo equacionadas, tendem a inviabilizar essas experiências enquanto unidades econômicas de produção coletiva de inspiração socialista e autogestionária:

- 1) A necessidade de superação do estágio atual em que as cooperativas não conseguem atingir equilíbrio entre geração e consumo de riqueza, não mostram capacidade de competir frente à concorrência capitalista e portanto estariam inviabilizadas de uma perspectiva econômica - não parecem capazes de se reproduzir a médio e longo prazos enquanto unidades econômicas. Na maioria dos períodos analisados, os coletivos não conseguiram gerar excedentes econômicos e o volume de receitas tem sido historicamente muito baixo. Com o pequeno volume de produção comercializada, nem sequer o capital produtivo utilizado se reproduz, o que significa uma situação insustentável sem subsídios. Os subsídios são vitais, mas não o suficiente para evitar perdas significativas – de recursos não gerados e que deveriam ser reservados para reposição futura do capital constante fixo, como a depreciação de máquinas, equipamentos, instalações, etc... e o pagamento de juros. A produtividade do trabalho é, em geral, muito baixa. Há coletivos que têm melhorado significativamente seus indicadores nesse ponto; outros ainda não têm produtividade próxima à média. Isso implica que os associados têm de trabalhar mais horas para compensar a produtividade mais baixa e assim obter o produto social médio. Só que esse “trabalho adicional” não é remunerado pelo mercado. Isso se explica pela composição orgânica do capital desses coletivos, em média inferior à do segmento capitalista da agropecuária. Esse fator é chave por condicionar o nível de produtividade do trabalho. Por isso, a elevação da produtividade constitui-se, no momento, na principal contradição

a ser equacionada. Ou esses coletivos reagem imediatamente ou tendem a inviabilizar-se financeiramente. Essa reação tem três componentes básicos: (a) elevação da produtividade do trabalho – elevação da composição orgânica do capital e melhor gestão do capital e força de trabalho disponíveis; (b) elevação no volume de receitas, via ampliação no montante de produção comercializada, o que implica necessariamente atividades econômicas rentáveis; e (c) controle no ritmo de crescimento do fundo destinado ao consumo das famílias — seja ele monetário ou na forma de produtos, moradia, serviços, etc. — e seu condicionamento ao aumento dos itens (a) e (b).

2) A superação da contradição representada pela contratação do trabalho assalariado em algumas cooperativas e, portanto, a existência objetiva de relações de exploração capitalista. Algumas CPAs dependem da contratação de trabalho assalariado para assegurar sua reprodução enquanto unidades econômicas. O estudo mais detalhado desses casos possibilita uma série de conclusões importantes. A existência de relações de assalariamento, para as quais não se oferecem perspectivas de superação, e que não se constituem em “incômodo” à consciência dos associados, tende a representar uma contradição importante a ser enfrentada. Mesmo cooperativas sem uma forte resistência à idéia do assalariamento, objetivamente ainda são dependentes dele para se reproduzir. Essas situações colocam em questão o fortalecimento da ideologia capitalista no seio desses coletivos. O desenvolvimento e assunção da racionalidade capitalista pode se dar por várias formas: há trabalhadores que, mesmo sendo objetivamente explorados, alimentam a ilusão de se tornarem capitalistas; há, por outro lado, pessoas que, para garantir a reprodução de sua experiência organizativa, apesar de não deseja-

rem, podem se ver objetivamente colocadas na situação de seguir sempre e cada vez mais dependendo da lógica de assalariamento. Portanto, seria lícito esperar que nos coletivos que dependem do assalariamento para sua reprodução, surja, gradativamente e de forma mais consistente, a racionalidade capitalista como mentalidade dominante entre os associados.

Alerta aos limites A superação dessa contradição dar-se-á necessariamente pela ampliação do número de associados do coletivo e pelo fim da utilização do assalariamento permanente.

Não obstante, é possível concluir que existe espaço para o desenvolvimento de iniciativas de produção coletiva de inspiração socialista e autogestionária. O fato de nem todas as cooperativas de produção coletiva estudadas terem chegado próximo a um ponto de equilíbrio alerta, no entanto, para os limites de se ver nessa forma organizativa uma panacéia ou uma solução para o desenvolvimento econômico e social dentro do capitalismo. O mais provável é que grande parte dessas organizações pereça devido à dinâmica própria do capitalismo.

Mesmo assim, uma lição a ser tirada dessas experiências pioneiras aponta para a necessidade de se perseverar ainda mais no esforço de formação política e assessoria técnico-científica, sem falar na luta redobrada pelo crédito público, sabendo no entanto que o apoio do Estado capitalista a este tipo de iniciativa é quase uma ficção. ■

Pedro Ivan Christoffoli é engenheiro agrônomo, assessor da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) e mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Este texto é baseado em sua pesquisa: *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*, dissertação de mestrado apresentada no Centro de pesquisa e pós-graduação em Administração, da UFPR, em 2000..

A simpatia pelo socialismo domina, mas a ideologia capitalista está presente

Divisão de classe e divisão de trabalho

Adam Smith entendeu bem: o homem cuja vida se perde no desempenho de poucas operações simples, geralmente se torna estúpido e ignorante

Michael Albert

Um dos problemas com os quais os que defendem o fim das classes sociais têm que lidar é a divisão do trabalho em uma nova economia. Como dividir o trabalho entre as pessoas em cada empresa? Isso importa? O resultado seria diferente daquilo a que estamos acostumados agora? Se for assim, o que é desejável?

Suponhamos que na nova economia tenhamos conselhos de trabalhadores e consumidores como a via pela qual as pessoas expressam seus desejos, contribuem para tomadas de decisões, etc. Suponhamos também que acreditamos na participação e mesmo no autogerenciamento. As-

sim, todos deveriam ter o que dizer nas decisões que afetem a eles mesmos, proporcionalmente ao efeito que sofrem com essas decisões. Mas suponhamos também que nosso local de trabalho tem uma divisão de trabalho típica, como a gente conhece. O que acontecerá, então, a despeito de nossas intenções muito libertárias? Cerca de 20% da força de trabalho, por meio de suas posições na divisão corporativa do trabalho, monopoliza as posições de tomadas de decisão cotidianas, o conhecimento que é essencial para compreender o que está acontecendo e quais são as opções existentes no local de trabalho. Será este pessoal,

então, que estabelecerá as agendas.

Os pronunciamentos desses engenheiros, advogados, doutores e outros atores com poder serão decisivos. De fato, mesmo que outros trabalhadores das tarefas rotineiras tenham direito de voto nos conselhos de trabalhadores que estejam comprometidos com a autogestão, sua participação será apenas para votar em planos e opções colocadas por esse grupo de trabalhadores privilegiados aos quais eu chamo de classe coordenadora.

A vontade dessa classe coordenadora irá decidir os gastos; e esta elite irá decidir também que merece maiores pagamentos para sustentar sua grande sabedoria. Isso irá separá-los; não apenas pelo poder, mas também pela renda e pelo status. Em outras palavras, para se chegar à ausência de classe social não é suficiente ter conselhos de trabalhadores e consumidores, acreditar e tentar implementar autogestão juntamente com sistemas de remuneração justa. Se, acima dessas atitudes desejáveis, temos a divisão do trabalho, que joga contra nossos esforços e impõe de fato a divisão de classe, nossas maiores expectativas e propósitos colidirão com características estruturais do nosso arranjo trabalhista.

Smith & Morris Adam Smith entendeu isso muito bem quando escreveu “Os conhecimentos da maior parte dos homens são necessariamente formados nos seus trabalhos cotidianos”. Sendo assim, “o homem cuja vida é gasta no desempenho de poucas operações simples, das quais os efeitos são também, talvez, sempre os mesmos, ou quase os mesmos, não tem a chance de estender seu conhecimento... e geralmente se torna tão estúpido e ignorante quanto é possível ser uma criatura humana...”.

Então, qual seria uma boa alternativa da economia para a conhecida divisão de trabalho corporativa? Nós deveríamos buscar estender as sacadas de William Morris, o notável artista do século 19, que escreveu: “Agora, quanto às ocupações, nós deveríamos claramente não ser capazes de ter a mesma divisão de trabalho de agora. Serviçais, limpadores de latrinas, carneiros, carregadores de mensagens, arrumadores de cabelos e o resto, tudo terá que desaparecer... Nós não deveríamos desenhar um vestido ou pintar um vaso para vendê-los; mas fazê-los mais bonitos para divertir a nós mesmos e aos outros.”

Morris estava certo não apenas sobre a mudança dos objetivos do trabalho, para atender a necessidades e desenvolver o potencial dos que desfrutavam dos produtos e dos que os fazem. Mas acertou também sobre a necessidade de, no caminho dessa conquista, alterar a divisão do trabalho. Uma boa economia deveria estar de acordo com a percepção de Adam Smith sobre o efeito debilitador da divisão corporativa do trabalho e com a aspiração de Morris para o trabalho do futuro. É por isso que acho que uma boa economia,

uma economia sem classes, precisa utilizar o que chamo de complexos de empregos balanceados.

Não devemos combinar tarefas de forma que alguns trabalhos sejam altamente compensadores e outros horripelantemente estupidificantes; ou de modo que alguns levem a conhecimento e autoridade e outros apenas à obediência. Igualmente, não devemos combiná-las de modo que os que fazem alguns trabalhos imperem como coordenadores de classe, aumentando seus próprios salários e influência, enquanto outros, os que fazem mais trabalhos manuais, obedeçam, como classe subordinada em influência e salário.

Ao contrário, deveríamos fazer cada emprego equivalente a todos os outros nos seus efeitos sobre a qualidade de vida e ainda mais em seus efeitos de poder.

De uma divisão do trabalho que faz a classe coordenadora brilhar sobre os trabalhadores, nós deveríamos passar para uma divisão de trabalho sem classe que eleve todos os atores a seus potenciais mais plenos. Nessa visão de uma divisão de trabalho desejável, cada

pessoa tem um emprego. E cada emprego envolve muitas tarefas. É claro que os empregos deveriam ser combinados com os talentos, capacidades e energias das pessoas. Mas cada emprego precisa também conter uma mistura de tarefas e responsabilidades tais que a qualidade de vida geral e especialmente o efeito geral da valorização devida ao tipo do trabalho seja equivalente para todos.

Justa divisão Uma boa economia com complexos de empregos balanceados não iria ter alguém que fizesse apenas cirurgia e outro alguém que apenas limpasse fundo de painéis. Ao invés disso, haveria pessoas que fariam algumas cirurgias e alguma limpeza no hospital e também outras tarefas; e isso até que a soma total de tudo que os trabalhadores fizessem fosse a mistura justa de condições e responsabilidades. Uma boa economia com complexos de trabalhos balanceados não teria alguém numa fábrica que apenas dirige operações e outros que fazem apenas tarefas de rotina; ao invés disso, teria pessoas na fábrica que fazem uma mistura de trabalhos conceituais e trabalhos rotineiros. Uma boa economia com um conjunto de empregos balanceados não teria advogados e cozinheiros e nem engenheiros e trabalhadores de linha de montagem como nós os conhecemos. Todas as tarefas associadas com esses trabalhos precisam ser feitas, mas em uma boa economia elas iriam ser misturadas e ajeitadas muito diferentemente do que numa estrutura de postos de trabalho capitalista.

Uma população trabalhando no contexto de um conjunto de empregos balanceados teria uma mistura de atividades; cada mistura, para cada pessoa, deveria ser de acordo com suas habilidades; e isso levaria a uma divisão justa de rotina, tédio, atividades estimulantes e condições de poder e responsabilidades.

Cada trabalho deveria ser equivalente a todos os outros nos seus efeitos sobre a qualidade de vida e do poder que dá aos que o executam

Nosso trabalho não iria preparar uns poucos de nós para ditar regras e o resto de nós para obedecer. Ao invés disso, nosso trabalho iria preparar igualmente todos nós para participarmos na autogestão de nossas atividades por meio de nossos conselhos. Isso iria prontamente nos preparar para nos envolver sensivelmente para autogerir nossas vidas e instituições.

É claro que esta divisão de trabalho e a eliminação da hierarquia de classes e mandos, deveria requerer também outras inovações econômicas. Um modelo particular para tentar chegar a isso é a chamada economia participatória. Ele acrescenta aos complexos de trabalhos balanceados e conselhos de autogestão de trabalhadores e consumidores mencionados acima, a remuneração apenas pela duração, intensidade e onerosidade do trabalho socialmente válido,

e quanto à alocação dos recursos, o que é chamado de planejamento participativo.

Esta última parte é necessária porque se nós temos uma nova economia com conselhos de trabalhadores e consumidores, com regras de tomada de decisão com autogestão, com remuneração por esforço e sacrifício, e com um conjunto de trabalhos balanceados, mas nós combinamos tudo isso com mercado ou com planejamento central, todas nossas esperanças e intenções serão regradadas pela alocação lógica imposta sobre a economia. Daí a necessidade de optar por um sistema de alocação diferente, para fazer uma divisão de trabalho realmente diferente e sem classes. ■

Michael Albert é membro fundador do coletivo *Z-Magazine* e autor de *Political Economy of Participatory Economics* (Princeton University Press), entre outros.

A pequena revolução de Florianópolis

Uma história que mostra que a juventude avança de uma maneira diferente – por outros caminhos, de outras formas, em outras circunstâncias – que os seus pais

Pablo Ortellado

Uma pequena revolução está acontecendo em Florianópolis. Um movimento social aberto, horizontal, apartidário e de ação direta, animado por centenas de jovens na faixa dos dezesseis anos está mostrando que é possível fazer política de uma maneira diferente. O movimento pelo passe livre já recolheu vinte mil assinaturas para um projeto

de lei municipal, mobilizou milhares de jovens em manifestações e conseguiu no final do ano de 2004 a aprovação do projeto que garante transporte gratuito aos estudantes – uma conquista de 55 milhões de reais anuais.

Quem visita Florianópolis logo percebe o problema do transporte coletivo da cidade. Com uma população pequena – 360 mil habitantes no município e 700 mil na área metropolitana –, numa ilha de 54 quilômetros de extensão, as distâncias são grandes e a oferta de transporte público reduzida. A locomoção é demorada e os preços — entre R\$ 1,50 e R\$ 2,60 — são altos para uma cidade pequena. Não é à toa que a cidade tenha sido palco de uma revolta quando a prefeitura anunciou um aumento nas tarifas de transporte. Nesse contexto o movimento pelo passe livre reivindica, a curto prazo, a gratuidade do transporte para todos os estudantes e, a longo prazo, a municipalização do sistema e a gratuidade estendida para todos.

A campanha pelo passe livre foi lançada pela Juventude Revolução que depois virou Juventude Revolução Independente (JRI), uma dissidência da juventude da corrente *O Trabalho*, do PT. A JRI rompeu com a Juventude Revolução em 2002 defendendo a independência política e econômica da organização dos jovens. Inspirados num artigo de 1916, de Lênin, o líder da Revolução Russa, sobre a “Internacional da Juventude”, a



JRI passou a defender a total independência da organização dos jovens em relação aos partidos políticos. No artigo, Lênin dizia que “os mais velhos, em geral, não sabem como abordar os jovens, e, assim, a juventude deve necessariamente avançar rumo ao socialismo de uma maneira diferente, por outros caminhos, de outras formas, em outras circunstâncias que os seus pais. É por isso que devemos decididamente defender a independência organizacional da Liga da Juventude, não apenas porque os oportunistas têm medo dessa independência, como por princípio. Pois a não ser que os jovens tenham independência completa, eles não serão capazes de treinar bons socialistas no seu meio, nem serão capazes de se preparar para levar o socialismo adiante.”

Dedicação completa O grupo passou também a defender a independência econômica dos jovens, propondo a criação de empreendimentos econômicos que permitissem aos militantes abandonar seus empregos capitalistas e se dedicar integralmente à atividade revolucionária. A inspiração, mais uma vez, veio de passagens dos textos de Lênin, sobretudo em “O que fazer?” onde o revolucionário russo defende a profissionalização da atividade militante. A esse projeto, eles deram o desajeitado nome de “Empresa da Revolução”. Ela consistiria de empreendimentos econômicos como a confecção e venda de camisetas que divulgariam a causa do movimento e, ao mesmo tempo, permitiriam que os militantes pudessem se sustentar com atividades diretamente ligadas à militância. A ênfase nessas duas idéias, somada a alguns princípios organizativos avançados fizeram com que a JRI, pudesse impulsionar práticas sociais que deram nova vida ao movimento dos jovens e estudantes.

A luta começou com uma campanha em 2000 que recolheu 20 mil assinaturas (5,5% da população) para um projeto de lei municipal pelo passe livre. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Vereadores rejeitou o projeto, alegando que ele era inconstitucional. Em seguida, o movimento promoveu um estudo sobre as fontes de financiamento do passe livre de forma a mostrar sua sustentação econômica. A história da aprovação do passe livre na conservadora Câmara de Vereadores de Florianópolis é uma saga cujo protagonista só poderia ser um movimento improvável como o da JRI, que combina disciplina militante à moda antiga, com abertura e democracia direta, um discurso de orientação revolucionária e pragmatismo realista. A referência teórica inicial do movimento era o trotskismo. Mas a campanha do passe livre abandonou na prática o centralismo democrático e passou a adotar a democracia direta e a organização em rede, com apenas um objetivo prático comum, a conquista do passe livre, e princípios organizativos muito gerais, como a decisão por assembléia. Isso facilitou também as alianças da campanha, que juntou de grupos libertários a partidos políticos, de movimentos de bairro a sindicatos. Em geral, a organização confiou na

responsabilidade do movimento, jogando decisões importantes — inclusive as de estratégia — para o âmbito mais amplo. Na sua dinâmica interna, o movimento soube lidar com os problemas de liderança, tentando minimizar a exposição dos seus dois porta-vozes e incentivando sempre uma maior participação.

Na prática, a campanha não distinguiu nenhum partido político por princípio. Na Câmara dos Vereadores negociou com partidos políticos de esquerda e direita. A campanha juntou o PP, que cogitou adotar a medida no programa de governo do seu candidato a prefeito, e o PT, que propôs o projeto na Câmara.

A campanha tinha conquistado um enorme respeito das organizações sociais de Florianópolis ao liderar a chamada “revolta da catraca”. Depois de anos de luta e de estudos sobre o sistema de transporte, a campanha estava convencida de que o problema do transporte não se restringia aos estudantes. O passe livre era apenas o primeiro passo de uma reforma maior para desmercantilizar o sistema. Quando foi decretado mais um aumento da tarifa dos ônibus municipais em junho de 2004, o movimento fez um apelo a uma revolta popular. No primeiro dia útil do aumento, os estudantes se reuniram e incitaram a população a bloqueios diários dos terminais de ônibus que pararam a cidade por dez dias, praticamente repetindo os termos

da “revolta do buzu” um ano antes em Salvador. Depois de quase duas semanas de revolta, os estudantes deram um ultimato e convocaram um protesto que deveria reunir mais de vinte mil pessoas. O movimento deu a entender que, se não houvesse revogação do aumento das passagens, tentaria uma ocupação da Câmara e da Prefeitura decretando um governo municipal por conselhos populares. Misto de estratégia e ingenuidade, a ameaça surtiu efeito. Um juiz federal simplesmente revogou o aumento, poucos momentos antes da manifestação, alegando temor pelo “caos social” gerado pelos “combates nas ruas de Florianópolis” na luta contra “os exorbitantes preços atribuídos às passagens do transporte coletivo”. Com a revogação do aumento, a campanha emergiu como um protagonista de primeira grandeza na cena política da cidade. Passou a ser respeitada tanto pelos políticos locais, como pelas organizações sindicais e do movimento social.

de “revolta do buzu” um ano antes em Salvador. Depois de quase duas semanas de revolta, os estudantes deram um ultimato e convocaram um protesto que deveria reunir mais de vinte mil pessoas. O movimento deu a entender que, se não houvesse revogação do aumento das passagens, tentaria uma ocupação da Câmara e da Prefeitura decretando um governo municipal por conselhos populares. Misto de estratégia e ingenuidade, a ameaça surtiu efeito. Um juiz federal simplesmente revogou o aumento, poucos momentos antes da manifestação, alegando temor pelo “caos social” gerado pelos “combates nas ruas de Florianópolis” na luta contra “os exorbitantes preços atribuídos às passagens do transporte coletivo”. Com a revogação do aumento, a campanha emergiu como um protagonista de primeira grandeza na cena política da cidade. Passou a ser respeitada tanto pelos políticos locais, como pelas organizações sindicais e do movimento social.

Apartidarismo radical No entanto, na medida em que a votação do projeto do passe livre se aproximava, os movimentos sociais começaram a desconfiar da “volatilidade” da campanha. Houve conflito com os grupos de juventude rivais, como as juventudes de partido. Os problemas se agravaram quando o candidato a prefeito do PP ofereceu trocar a aprovação do passe livre por um apoio à sua candidatura. O apartidarismo radical do movimento evidentemente implicava numa concepção de fundo que questionava a democracia representativa. Levando ao extremo a

Eles deram a seu projeto o curioso nome de *Empresa da Revolução*

máxima libertária de que os partidos são todos iguais – e que, por isso, tanto fazia negociar com um ou com outro – nas eleições municipais de 2004 o movimento promoveu uma campanha pelo voto nulo, que forçou cada um dos candidatos a prefeito a organizar uma contra-campanha pedindo para os jovens votarem. Ao final, no segundo turno, 9,27% dos eleitores anularam o seu voto.

Uma outra aliança do movimento que causou polêmica com alguns setores foi com a Associação dos Praças de Santa Catarina. O Estado tem um movimento único desses policiais de baixa patente que lutam por melhores condições e salários e que tem se politizado muito nos últimos tempos, discutindo, inclusive, a função social da polícia. Desde a revolta da catraca, estudantes e praças ensaiam uma aliança. Os praças chegaram a declarar apoio à manifestação de julho que foi cancelada com a decisão

judicial e os estudantes apoiaram no mês seguinte o movimento dos policiais por aumento de salário. Grupos libertários e uma parte da esquerda viram com maus olhos a aliança dos estudantes com os policiais militares. Apesar disso, o movimento percebeu com clareza o significado estratégico dessa aliança que poderia ser e de fato foi decisiva para a aprovação do passe livre.

A campanha pelo passe livre em Florianópolis é um fértil laboratório de práticas sociais inovadoras. Como o movimento semelhante em Salvador, recentemente, ela é um indicativo – ainda confuso, com certeza – do que serão as lutas sociais no Brasil no século XXI. Carrega incertezas, mas também o estimulante desafio de inventar a nova política. ■

Pablo Ortellado [pablo@riseup.net] é doutor em Filosofia pela USP, membro da Ação Global dos Povos (APG) e voluntário do Centro de Mídia Independente, site de notícias alternativo: www.midiaindependente.org.

Meta, caminho e ponto de partida

Como dizem os *piqueteros*, a transformação social não é só um lugar ao qual chegar – é também um momento e um lugar do qual partir e uma estrada por percorrer

Marco **Fernandes***

O capitalismo passou por mudanças estruturais nas últimas duas décadas. Com isso, mudou também a dinâmica da luta de classes. Seu palco privilegiado sempre foi o processo de produção de mercadorias, o mundo do trabalho. Mas nesse palco é encenada atualmente uma tragédia. A crise que assola o sistema desencadeou o desemprego em massa, a precarização brutal das relações de trabalho e perda de direitos históricos maquiadas de terceirização, flexibilização e outras artimanhas empresariais (um dos resultados dessa tragédia, segundo a Organização Internacional do Trabalho [OIT], foi a morte de 2 milhões de trabalhadores no ano passado, vítimas de acidentes de trabalho e “doenças ocupacionais”).

Combatividade e mobilização Se a maioria dos sindicatos e “partidos dos trabalhadores” há muito já deixou de ser combativa, aqueles que ainda servem como verdadeiro instrumento de luta dos trabalhadores se vêem enredados num beco sem saída. Como manter a combatividade diante dos achapantados índices de desemprego que tiram poder de barganha na hora de negociar com os patrões? Como mobilizar para a luta se em países como Brasil, México e Argentina, a maior parte dos trabalhadores se encontra no setor “informal” da economia, portanto sem acesso à representação política nos sindicatos? Por isso, nos últimos anos, a classe-que-vive do trabalho precisou forjar novas ferramentas de combate. Surgiram novos movimentos de massa, responsáveis até aqui pelos maiores — porém ainda muito limitados — avanços da luta de classes na América Latina. Uma primeira característica dos novos movimentos sociais é

o fato de serem formados, principalmente, por sujeitos precarizados ou excluídos do processo imediato de produção capitalista. São assim os sem-terra e os sem-teto no Brasil, os piqueteros desempregados na Argentina, os aymara da Bolívia e os zapatistas do México, pra ficarmos nos mais destacados. Essa nova configuração da luta de classes na América Latina traz grandes dificuldades para a organização dos movimentos, pois a sobrevivência material de seus integrantes se torna uma tarefa árdua e é quase certo que o estado subjetivo da maior parte de trabalhadores com condições de vida tão precárias seja marcado pela fragilidade, dificultando a ação política. Como dizem os *Racionais MC*, em uma letra de seu último disco: “Miséria traz tristeza e vice-versa”.

Tais obstáculos têm obrigado os movimentos populares a pensar em respostas distintas para as formas de luta, de organização política e econômica dos trabalhadores e, sobretudo, para uma nova concepção de transformação da sociedade. Vejamos alguns exemplos.

a) formas de luta: expropriação de propriedades e controle do espaço:

As greves sempre foram o principal instrumento de luta dos trabalhadores ao longo da história do capitalismo. Contudo, a não ser em momentos pré-revolucionários, não se questionava o estatuto da propriedade privada: podia-se ocupar a fábrica, mas assim que a negociação com os patrões findava, voltava-se ao andamento normal das coisas. Os “novos” movimentos também se utilizam de ocupações temporárias para reivindicar seus direitos. Os *piqueteros*, por exemplo, transformaram a ocupação de rodovias e ruas das cidades na sua mais importante ferra-

menta de luta para reivindicar o pagamento de uma “renda-mínima” aos desempregados, e a ocupação de prédios públicos como forma de pressionar o Estado a cumprir os acordos – prática também muito comum entre os sem-terra. Mas a principal forma de luta dos sem-terra brasileiros e, principalmente, dos sem-terra, consiste na ocupação permanente de um espaço – seja um terreno, um prédio ou uma fazenda. Com isso se expropria uma propriedade privada – não sem o auxílio do Estado, por meio de leis específicas – e se a transforma em propriedade coletiva, criando um espaço autônomo, sob controle das próprias organizações. Os *piqueteros* também ocupam terrenos baldios na periferia para construir galpões e casas para abrigar o movimento. No México, os Zapatistas controlam militarmente, através do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), um vasto território no sul do país, formado por municípios autônomos.

b) organização (anti)econômica

Os movimentos têm soluções diversas para as necessidades materiais básicas de seus integrantes. No caso dos sem-terra, suas principais reivindicações – terra e crédito para a compra de máquinas e insumos –, são meios de produção. Com isso, se não resolvem, ao menos apontam caminhos para solucionar o problema da sobrevivência de centenas de milhares de famílias empobrecidas pela lógica excludente do modelo agrário brasileiro. No caso dos zapatistas, sua organização material gira em torno de uma economia de subsistência, onde são comuns as trocas de produtos entre as comunidades nativas que detém a posse de sua terra. Mas tanto o MST quanto o EZLN também possuem projetos de “distribuição alternativa”, como as lojas de produtos dos sem-terra em alguns pontos do país, ou o acordo feito entre zapatistas e os Centros Sociais da Itália, para exportar café ao continente europeu. São iniciativas que visam alguma espécie de “controle” do movimento sobre a demanda, um início de formação de “cooperativas de consumo”, sem as quais as “cooperativas de produção” podem sofrer mais facilmente os sufocamentos típicos da lógica do mercado.

Já os desempregados argentinos realizaram uma façanha. Aproveitando-se da brecha instituída pela política assistencialista do Estado, os *piqueteros* conquistaram dezenas de milhares de *planes*, bolsas do tipo renda-mínima, de 150 pesos, equivalentes a 150 reais, que serviram de base material para a organização dos movimentos nos bairros da periferia. A partir da criação de fundos comuns – no qual cada um deposita uma pequena quantia, em torno de 15 pesos todo o mês, foram criadas estratégias para baixar o custo de vida dos desempregados, como cozinhas comunitárias, hortas, padarias e pequenas cooperativas, que contam com o trabalho de todos que recebem um *plan*. Há também uma assembleia de bairro em Buenos Aires que ajuda a distribuir os produtos das cooperativas piqueteras, bem como das fábricas ocupadas – aliás, outra experiência interessante surgida depois do colapso do país em 2001.

Para os *zapatistas*, as lideranças mandam obedecendo

Mas o mais importante nessas iniciativas é a possibilidade de organizar os processos de trabalho – a forma de produção, a extensão das jornadas, as formas de relacionamento entre os trabalhadores, abolindo a figura de chefes e patrões – e a de construir paulatinamente uma forma de trabalho que corresponda aos princípios autogestionários.

c) organização (anti)política.

Os zapatistas possuem uma ótima expressão para definir a política que praticam: as lideranças “mandam obedecendo”, ou seja, as funções decisórias e executivas estão subordinadas às assembleias do movimento. Na maioria dos movimentos *piqueteros*, as assembleias dos bairros são as instâncias mais importantes de deliberação, responsáveis pela organização cotidiana do movimento, bem como pelo encaminhamento de novas propostas para a organização. Apesar de ainda possuir algumas estruturas bem centralizadas, o MST mantém nos assentamentos a autonomia de decisões via assembleia, garantindo que a organização interna do acampamento seja construída pelos próprios assentados. Em todas essas iniciativas, transparecem os princípios da democracia direta, aos poucos des-hierarquizando o poder político e desconstruindo a idéia de política como atividade de especialistas. Transformando a política no que ela realmente deveria ser: uma atividade central na vida de todos os membros de uma comunidade, responsável pela organização e decisão dos interesses coletivos e individuais.

Para além do capitalismo O que há de novo nesses movimentos – em que pese a sua grande heterogeneidade – é a possibilidade de construção de novas formas de sociabilidade, de formas embrionárias capazes de gerar uma sociedade para além do capitalismo. No caso dos trabalhadores empregados, organizados em sindicatos, torna-se quase impossível construir algo parecido. Em geral, o máximo de influência que o sindicato tem na vida cotidiana de seus associados é o momento – importantíssimo – da greve. Contudo, voltando todos ao ritmo diário de trabalho, desaparecem os arroubos de auto-organização. O socialismo sempre foi concebido como uma tarefa de construção futura, a ser realizada após a revolução. Por isso, a fórmula tradicional da esquerda sempre foi a tomada do poder político para implementar, através do Estado, as mudanças sociais que se julgavam necessárias. É fácil perceber que ainda há um longo e penoso caminho de construção política que aponte a superação do capitalismo. Mas, parece ao menos que começamos a conceber uma nova forma de política revolucionária, segundo a qual “a transformação social não é só um momento ou um lugar ao qual chegar, é também, e sobretudo, um momento e um lugar do qual partir e um caminho por percorrer. É a meta, o ponto de partida e o próprio caminho” (comunicado dos piqueteros do Movimento Teresa Rodriguez, www.elteresa.org.ar). ■

* Colaborou **Pablo Ortellado**.

Marcos Fernandes é membro do “Coletivo de Formação” do MSTC e mestrando em História pela USP.

Paradoxos dos canteiros autogeridos

A autoconstrução é uma economia do próprio capital, uma vez que este se beneficia da redução do custo de reprodução da força de trabalho e, com isso, pode pagar salários menores? É mais do que isso

Pedro **Arantes**, Heloísa **Diniz**,
Beatriz **Tone** e João Marcos **Lopez**

Os canteiros de obra geridos pelos trabalhadores constituem um dos espaços mais interessantes para as ações autonomistas de movimentos populares e cooperativas. Ao mesmo tempo, dependem umbilicalmente das políticas públicas e do acesso a linhas de financiamento subsidiadas – isso porque a habitação e as edificações em geral são mercadorias caras. A disputa pelo fundo público move e limita tais experiências, politiza-as e ao mesmo tempo submete-as às coações do poder estatal. Trata-se de uma autogestão em tensão permanente com o Estado, daí seu caráter potencialmente explosivo.

O canteiro de obras é um dos lugares privilegiados da exploração do trabalho e momento fundamental no sistema de produção de mercadorias. A construção civil, mesmo relativamente “atrasada”, está conectada ao restante da economia moderna, alimentando-a com a enorme massa de mais-valia que produz – de forma semelhante

ao que ocorre na relação desigual e combinada entre países periféricos e centrais no sistema capitalista, também um transbordamento de mais-valia dos setores atrasados para os modernos. A coerção direta e a violência redobrada que se verifica nos canteiros de obra — porque não conta com o poder de automação das máquinas sobre o trabalho — não é algo marginal, mas sim uma fratura exposta que deixa ver as contradições amplas do sistema, tal como na periferia do capitalismo é possível ver com máxima clareza a verdade do capital.

Atraso e vantagem Por isso mesmo, os canteiros de obras são espaços de produção simples e importantes a serem conquistados pelos trabalhadores. As organizações populares e os arquitetos, engenheiros e técnicos sociais que as assessoram vêm tirando partido da forma de produção relativamente elementar da construção civil. O atraso

relativo do canteiro de obras em relação à indústria moderna, numa perspectiva emancipadora torna-se uma “vantagem”: a produção da arquitetura, como explicou Sérgio Ferro, “guarda o sentido experimental da autonomia produtiva melhor do que outros setores da economia, uma vez que o controle da produção é mais simples do que o de uma indústria”.

Ao mesmo tempo, a combinação entre canteiro de obras e povo organizado permite que se tire outra “vantagem” do nosso atraso: a possibilidade de experimentação em zonas marginais e “áreas liberadas pelos pobres”, como os assentamentos de reforma agrária. Sua condição de não inclusão ou ligação frágil com os circuitos de acumulação do capital é, sem dúvida, parte do fim de linha a que chegou a sociedade contemporânea, mas também a chance para a invenção de novas formas de organização social e de produção da vida e do espaço. As zonas marginais guardam grande maleabilidade para a experimentação, já que o capital não se interessa mais por elas.

Todavia, a permanência do trabalho não-pago e sobretrabalho dos construtores nessas áreas liberadas é, sem dúvida, um ponto controverso que coloca em cheque a experiência. Esta, aliás, é uma importante crítica feita por Fran-



cisco de Oliveira aos mutirões como alternativa de emancipação. Tal quadro de 'autoprovisão' tem como consequência, numa análise econômica estrita, a redução geral dos salários. A economia conquistada pelos auto-construtores seria, em última instância, economia do próprio capital, uma vez que este se beneficia da redução do custo de reprodução da força de trabalho e, com isso, pode pagar salários menores.

Se esta análise é correta para o processo maciço de auto-construção nas periferias das grandes cidades brasileiras, ela não reconhece que os movimentos populares assumem a tarefa da construção com o objetivo de terem em suas mãos o controle do processo produtivo, retirando-os das empreiteiras e da burocracia estatal. Ensaia alternativas, com o intuito de que elas se generalizem não como precarização do trabalho, mas como oportunidade para que se negue a normalidade da produção capitalista – daí que o mutirão é um momento importante da autogestão e não sua negação. A condição paradoxal e aparentemente sem saída do 'sobretabalho' pode tornar-se, por uma ação política deliberada, uma brecha para se imaginar o que seria um 'outro-trabalho': fronteira onde se encontram também as cooperativas, os assentamentos de reforma agrária e as demais formas de economia solidária – ao menos é esta a aposta dos que se engajam em tais empreitadas.

Mutirão e autogestão Os canteiros de obra autogestionários produziram outro paradoxo que merece reflexão. Os arquitetos modernos sempre acreditaram que as empresas capitalistas conduziram à industrialização da construção e à democratização da habitação. Entretanto, a construção civil permaneceu como um dos setores mais atrasados da economia e o acesso à habitação, restrito às classes médias. O mutirão, por sua vez, considerado uma forma pré-moderna de produção, quando organizado pelos trabalhadores (sobretudo mulheres), com o apoio de técnicos independentes e acesso aos fundos públicos, foi capaz de realizar mais inovações do que as próprias empresas capitalistas e de integrar populações que estavam excluídas das políticas públicas convencionais.

Erminia Maricato resume o paradoxo: no Brasil, uma produção aparentemente arcaica, como o mutirão, aponta para o avanço técnico, e a produção capitalista, ou seja, moderna, aponta para a manutenção do arcaico. É importante ressaltar que a parcela fundamental da economia obtida nas obras dos movimentos populares não é decorrente do mutirão, isto é, do trabalho não pago dos futuros moradores, mas sobretudo da autogestão, ou seja, da adoção de técnicas racionalizadas, transparência e democracia na gestão, ausência de lucro, corrupção e

desperdício. Estes são os motivos pelos quais os mutirões têm sido utilizados como referência para contestar as planilhas e padrões construtivos dos programas habitacionais executados por empreiteiras, tendo recebido o apoio da Associação Brasileira de Construção Industrializada, ao mesmo tempo que foram criticados pelas empresas de construção com as quais concorriam pelos recursos públicos.

Modelo neoliberal No embate entre práticas autogestionárias e empreiteiras, entretanto, estas têm conseguido prevalecer cada vez mais, dada a feição atrasada e patrimonialista do Estado brasileiro, e a baixa combatividade da maioria dos movimentos de luta por moradia. No estado de São Paulo, por exemplo, a política habitacional hegemônica é a da "empreitada integral", na qual as empresas privadas tem controle de todo o processo, da compra da terra até a entrega das chaves. Esta última é realizada por sorteios em estádios de futebol lotados, nos quais, por uma astúcia de ilusionismo, direitos sociais são transformados em jogo de azar. Este o modelo neoliberal de produção habitacional.

É justamente a derrota na disputa por fundos públicos e políticas públicas que tem imposto grandes limites à experiência autogestionária dos mutirões, dado seu vínculo orgânico à disponibilidade de fundos e políticas que lhes dêem suporte. Sua força e debilidade residem nesse vínculo estrutural entre autogestão e Estado. Força porque carrega consigo a virtualidade de uma política pública, um sentido de direito social e universalidade, e debilidade porque sofre imensamente com os revezes políticos, mudanças de gestão, interrupções de financiamentos e práticas kafkanianas de um Estado cartorial.

As possibilidades que estiveram e, em alguma medida, continuam abertas para a autogestão popular na produção do espaço dependem que essa relação tensa com o Estado não as reduza a experiências de exceção. Sua ampliação como verdadeira política pública, por sua vez, exige que as organizações populares estejam dispostas a lutar pela gestão de terras, recursos, projetos e obras, enfrentando o poder das empreiteiras, proprietários de terra e incorporadores imobiliários. A superação dos atuais impasses históricos em que se encontra essa experiência não se dará por novos programas impostos de cima para baixo por governos mais ou menos progressistas, mas por políticas solicitadas, inventadas e experimentadas por organizações sociais que queiram exercer o explosivo e contraditório poder da autonomia. ■

Pedro Arantes, Heloisa Diniz, Beatriz Tone e João Marcos Lopes são arquitetos formados pela FAU-USP e atuam na USINA como assessores dos movimentos de sem-teto e sem-terra.

Aqui, uma produção aparentemente arcaica – o mutirão –, aponta o novo; e a produção capitalista, em tese moderna, aponta o arcaico